



1 **Ata da 11ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde – C.M.S.** Aos dezenove dias do  
2 mês de junho de dois mil e doze, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do  
3 Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua XV de Novembro, nº 120, sala 03, na cidade de  
4 Ponta Grossa, realizou-se a décima primeira reunião ordinária do CMS de Ponta Grossa, estando  
5 presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes conforme lista de presença em anexa. Verificada a  
6 presença de quorum, o presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão assumiu e procedeu à  
7 abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes, conselheiros e participantes. Pauta  
8 do dia **1. Leitura da Ata. 2. Leitura dos ofícios. 3. Apresentação das Comissões. 4. Ordem do Dia.**  
9 **4.1.** Apreciação e votação da Prestação de contas referente ao 4º trimestre do exercício de 2011.  
10 **4.2.** Apresentação da explanação do Projeto para a contratação de mais um servidor de aplicação,  
11 o qual será destinado verba excedente do PAB. **4.3.** Apresentação do Fluxograma de Atendimento  
12 à vítima de Violência Sexual. **5. Informe dos Conselheiros. 1. Leitura e aprovação da Ata.** Aprovada  
13 a 10ª ata da reunião ordinária. **2. Leitura dos ofícios.** Pelo presidente Jefferson Leandro Gomes  
14 Palhão e pelo 2º secretário Paulo Heusi. **3. Apresentação das Comissões.** O presidente Jefferson  
15 Leandro Gomes Palhão fala que segurou esta documentação por mais de quarenta e cinco dias é  
16 aquela mesma documentação que foi devolvida sem análise alguma e deu toda aquela confusão;  
17 retomamos com a documentação aqui esperamos por quarenta e cinco dias para que as  
18 comissões sentassem e debatessem trata-se de verba parte do recurso que vai ser utilizado na  
19 saúde do ano passado e percebemos que para alguns temas enche de conselheiros era a  
20 oportunidade que a comissão teve de olhar para ver se batia tudo conforme a resolução nº  
21 014/2011/CMS, porque quando foi devolvido dizendo que não atendia a resolução nº  
22 14/2011/CMS era a oportunidade de sair daqui com o relatório a onde não atendia o que estava  
23 errado documentar isso, fazer o cruzamento com o Plano Anual de Saúde e Relatório de Gestão do  
24 ano passado, quando vamos analisar um Plano Anual de Saúde tem que lembrar que logo depois  
25 temos que estar vendo o Plano de Gestão e orçamento; não adianta nada juntar quarenta  
26 conselheiros dentro da sala discutir todo o Plano Anual de Saúde mexer negociar, conversar se  
27 depois na hora de fazer o acompanhamento deste Plano minimamente às pessoas que compõem  
28 esta comissão não comparecer para fazer a análise desses dados depois, hoje necessariamente  
29 vamos ter que aprovar ou reprovar porque acaba o prazo com relação ao Tribunal de Contas não  
30 tem mais tempo de olhar isso aí; o presidente fala que a comissão tem informe do parecer da  
31 farmácia o conselheiro Luiz Antonio Delgobo fala que é uma explanação do que a comissão  
32 levantou e apontar algumas coisas e o que foi sugerido pela comissão: diz que a reunião da  
33 comissão de contratualização de projetos e contratos foi no dia 25 de maio de 2012 as dezoito  
34 hora para discutir os valores do superávit da farmácia no valor de um milhão trezentos e nove mil  
35 reais é o valor do superávit; temos o valor de trezentos e vinte e três mil reais(R\$ 323.000,00)para  
36 reforma do prédio do IBAMA e aquisição de mobiliários para a farmácia. Questionamento da  
37 Comissão: solicitado o termo de cessão entre o governo Federal (IBAMA) e o Município;  
38 apresentado o extrato do termo de cessão nº 02/2012 em diário oficial, com vigência de 5 anos  
39 sendo de 06/01/2012 a 06/01/2017, podendo ser prorrogado; solicitado a SMS através do  
40 secretário o compromisso de solicitar ao prefeito (Sr. Pedro Wosgrau Filho) a prorrogação do  
41 prazo para 10 anos, conforme processo nº 1570277/2012. Pontos favoráveis para a reforma do  
42 imóvel. Aquisição de 84 computadores e impressoras para 42 unidades de saúde do Município.  
43 Questionamento da comissão: quantos computadores foram comprados em 2010 e 2011 e com  
44 que verba e a onde foram instalados. Informaram que em junho de 2010 foram adquiridos 85



45 computadores sendo 40 para as unidades básicas com verba do PAB (programa de atenção básica)  
46 e 45 para hospitais com verba do SIL (serviço de internação hospitalar) e em abril de 2011 foram  
47 adquiridos 50 computadores sendo para o Centro Municipal da Mulher (CMM) e para o Centro  
48 Municipal de Especialidades (CME) e prédio do administrativo da Secretaria Municipal de Saúde  
49 sendo comprados com varias verbas (IPTU, ISS e Verba Livre). Pontos favoráveis á aquisição dos  
50 computadores: os computadores serão primeiramente instalados nas farmácias das 42 unidades  
51 de saúde, serão realocados os computadores existentes dentro da unidade de saúde e  
52 substituídos os inservíveis, atender a lei sobre a digitação da receita médica, já existe ata de  
53 registro de preços a vencer em 11/08/2012, onde constam os equipamentos solicitados.  
54 Construção de abrigos de resíduos em 22 unidades de saúde, valor a ser destinado é de cento e  
55 trinta e três mil reais (R\$ 133.000,00). Questionamento; porque estas unidades de saúde não têm  
56 abrigo de resíduos; informaram que na época não havia a exigência por parte da Vigilância  
57 Sanitária, sendo que atualmente é necessário ter o destino dos resíduos infectantes, lixo químico,  
58 lixo comum e reciclável a fim de atender as resoluções do Conama e ANVISA. Aquisição de  
59 materiais de expediente e toners para as unidades de saúde. Realização de treinamentos de  
60 informática básica para os funcionários. Aquisição de medicamentos e matérias médico-  
61 hospitalares para Hospital Municipal e Hospital da Criança, valor de quatrocentos e cinqüenta mil  
62 reais (R\$ 450.000,00). Questionamento da comissão: qual a justificativa para repassar este valor  
63 para a média e alta complexidade. Devido a compra do Tubo (ampola) para aparelho Tomográfico  
64 CT 0580 – Brilliance CT 6 Slice, valor (R\$ 273.406,08) foi utilizado recurso 1303, varias receitas  
65 vinculadas, este valor seria como reserva técnica para a SMS, sendo que já foi utilizada para a  
66 compra da Ampola, aumento considerável com gastos com matérias médicos e medicamentos  
67 para cirurgias e procedimentos ambulatorial após o contrato com a FAUEPG, de setembro de 2011  
68 até esta data. Despesas com material médico hospitalar e medicamentos para hospital Municipal e  
69 da Criança 2011 e 2012. Quantidade de procedimentos ambulatoriais. Aquisição de geladeira com  
70 dispositivo de segurança contra queda de energia valor de vinte mil reais (R\$ 20.000,00)  
71 Questionamento da Comissão: qual é a necessidade? Informaram que a geladeira é para a Central  
72 de Abastecimento Farmacêutico sendo para armazenamento de medicamentos termossensíveis  
73 alguns produtos, que não podem ficar sem controle de temperatura e que está geladeira possui  
74 dispositivo que impede a queda de energia da geladeira. O conselheiro Carlos Eduardo Coradassi  
75 fala que acha que não cabe dentro da diretriz o próprio Ministério da Saúde gastar dinheiro da  
76 atenção primaria na atenção hospitalar é uma diretriz do próprio Ministério; não é porque ela  
77 autoriza que nós precisamos concordar aqui nós somos conselheiros, cidadãos do Município e  
78 vamos ter que pensar se queremos uma atenção primaria fortalecida ou uma atenção hospitalar,  
79 aí vai dar a votação de cada conselheiro. O presidente fala que no final do mês passado junto com  
80 o Dr. Edson Alves (secretario de saúde) fomos a Curitiba e conversamos com a Secretaria de Saúde  
81 do Estado e tem um convenio agora com o Estado que vai repassar mais duzentos e cinqüenta mil  
82 reais para os Hospitais (Municipal e da Criança) até dezembro, além do recurso que já vem do  
83 Estado. Diz que como vocês vão entrar na puta da próxima reunião do dia três de julho, proponho  
84 que a comissão de farmácia que já esta fazendo trabalho junto com a atenção básica porque vocês  
85 estão vendo que é muita informação vocês tem mais quinze dias para fazer uma rodada de  
86 negociação para ver se fecha e tentar construir este consenso porque se não for por consenso é  
87 que nem o Carlos Coradassi falou é na base do voto, porque quando passa pela comissão  
88 consegue analisar melhor. **4.1. Apreciação e votação da Prestação de contas referente ao 4º**  
89 **trimestre do exercício de 2011.** O presidente Jefferson Leandro Palhão fala que foi feita a



## Conselho Municipal de Saúde

Ponta Grossa - Paraná

90 apresentação e foi visto algumas irregularidades e o Conselho acabou não recebendo a  
91 documentação e depois tiveram que requerer a documentação novamente da secretaria e que a  
92 comissão fizesse análise e balanço de conformidade ou inconformidade com relação ao  
93 orçamento. O conselheiro Carlos Coradassi fala que não estava atendendo a resolução nº  
94 014/2012/CMS, diz que não é irregularidade da prestação. O presidente fala que esteve olhando o  
95 relatório e que continua não atendendo a resolução nº 014/2012/CMS continua faltando duas  
96 assinaturas. O Sr Bruno fala que tinha conversado anteriormente que iriam fazer algumas  
97 alterações na resolução ia ser entrado em consenso com o Conselho que nós iríamos fazer  
98 algumas alterações. O conselheiro Carlos Coradassi fala que não foi feita a alteração na resolução  
99 não podemos aprovar se não esta constando as assinaturas conforme a resolução eu nem estava  
100 sabendo deste detalhe porque vocês tinham que ter solicitado a alteração da resolução para a  
101 plenária vota e apreciar a alteração da resolução para daí os documentos atenderem a situação  
102 aqui, se na resolução diz que tem que ter as quatro assinaturas e nós temos duas assinaturas  
103 infelizmente não atende a resolução. O presidente Jefferson Leandro Palhão fala que quando  
104 aconteceu estava em Curitiba no Conselho Estadual de saúde, diz que a dinâmica de trabalho é  
105 outra dimensão, no Conselho Estadual o Ministério Público acompanha assim como o Ministério  
106 da Saúde também e tive sorte de estar numa pauta com o Ministério da Saúde e Ministério  
107 Público e perguntado pra saber o que dava para fazer recebi a orientação de procurar a SMS  
108 novamente e receber a documentação, por isso que trouxe todo este debate pra dentro do  
109 Conselho, com relação em mexer na resolução independente da solicitação da Secretaria ou não,  
110 vamos ter que mexer na resolução não necessariamente nesta parte da assinatura, a resolução foi  
111 criada anterior a lei nº 141 esta lei muda uma serie de coisas entre elas a prestação aquele  
112 prestação que a SMS tem que fazer para câmara que é os meses correto aí temos que pensar  
113 como nós queremos antes de vencer o prazo e de ir para câmara; esta seria uma das coisas; com  
114 relação ao relatório o Conselho pode reprovar o relatório e especificar porque (estou reprovando  
115 porque não atende um dispositivo da resolução nº 014/2011/CMC onde prevê duas assinaturas),  
116 ou pode fazer, foi achado erro com relação às verbas, o recurso aplicado não coincide se tudo  
117 coincidiu podemos fazer uma aprovação pra ver a especificação; nada foi achado em  
118 conformidade com relação as verbas apresentadas, porém faltou assinaturas conforme resolução  
119 nº 014/2011/CMS. O conselheiro Carlos Coradassi fala que se nós passarmos por cima de uma  
120 resolução do Conselho que está publicada, não entende mais nada; porque daí o que nós estamos  
121 fazendo aqui, atende a demanda mais atende não a resolução; então não teria feito a resolução;  
122 então revoga a resolução, se a resolução é valida e os documentos foram constados com esta  
123 resolução valida nós temos que seguir o que a nossa resolução, não é deliberativo, não tem poder  
124 de lei; tem infelizmente estamos amarrados por esta questão. O Sr. Bruno Fala que na época o  
125 presidente bem sabe que na época a resolução não estava nem assinada nem publicada na época  
126 fizemos a apresentação da prestação de contas que apresentamos a documentação, teria que ser  
127 debatida dentro de alguns pontos dentro da própria SMS e o antigo gestor não tinha assinado,  
128 prometeram na época assinar e publicar para ter validade para daí fazer o debate destas questões  
129 entende que seja uma questão de forma que a resolução é absoluta e que toda a documentação  
130 foi apresentada e todos os documentos que foram solicitados estão constando aqui para que  
131 todos pudessem visualizar se as verbas foram utilizadas corretamente; peço pelo bom senso de  
132 toda esta visualização porque fizemos toda a prestação de contas ela esta apresentada, fizemos a  
133 nossa parte em relação a isso e quanto às outras questões realmente iríamos discutir, ainda não  
134 conseguimos discutir; sabemos que tínhamos conversado em relação a isso, quando saiu à

---

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Rua: XV de novembro número 120 – sala 03 – Ponta Grossa – Paraná**

**Email: [conselhodesaudepg@hotmail.com](mailto:conselhodesaudepg@hotmail.com) Fone: 3229 – 7407**



135 resolução nos prontificamos a publicar e assinar com o novo gestor que nós nem tivemos  
136 conhecimento das formalidades que a resolução tinha, peço e endento que as questões são  
137 importantes pela questão de mérito e conteúdo e o objetivo é mais relevante dentro do que  
138 apresentado pelo próprio Município. O conselheiro Carlos Coradassi fala que a questão do mérito  
139 é muito importante mais a questão de normas é lei, infelizmente no meu ver a norma são para ser  
140 cumprida, quando não quer cumprir normas se discute e modifica pode ser através de lei ou de  
141 resoluções, não entende porque o contador e o controlador de finanças não podem assinar a  
142 documentação então eles não têm habilidade de dar o aval para quem fez a prestação de contas,  
143 se eles não têm, pra nós temos é uma questão de maior validação de entender se todo mundo  
144 concorda; dá a entender que lê não concordam com a prestação de contas ou não conhecem a  
145 prestação de contas do Município e por obrigação legal eles teriam que conhecer a resolução foi  
146 feita para que realmente eles tivessem conhecimento. O presidente Jefferson Leandro Gomes  
147 Palhão fala que a conversa que teve com a promotoria que eles assinando ou não eles são  
148 responsáveis iguais quem assinou ou não porque você pode assinar mais se você não for o  
149 responsável legal pra aquele instrumento não é você que vai ser indiciado, se você não assinar  
150 mais você é o responsável pelo instrumento você responde igualmente. A conselheira Cássia fala  
151 que se eles não querem assinar porque eles acham que tem alguma coisa que não esta de acordo;  
152 nós que não temos este conhecimento técnico. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala  
153 que se o Dr. Edson Alves (secretario de saúde) convencer com eles para a assinem este relatório,  
154 aí já saímos daqui com uma reunião extraordinária para o dia 26 de junho para votação referente  
155 a Prestação de Contas do 4º trimestre de 2011. O presidente fala que fica acordado que vamos  
156 fazer o documento para a SMS que o conselho apreciou os documentos está em desconformidade  
157 com a resolução nº 014/2011/CMS; e pergunta se os conselheiros concordam que seja marcada a  
158 reunião extraordinária para o dia 26 de junho; aprovado por unanimidade. **4.2. Apresentação da**  
159 **explicação do Projeto para a contratação de mais um servidor de aplicação, o qual será**  
160 **destinado verba excedente do PAB (processo 1430041/2012).** A senhorita Fábiana fala que projeto  
161 de ação foi colocado e aprovado em conferencia e se falou em colocar o sistema de informação  
162 pesada potente que atendesse todas as unidades de saúde e que conseguisse atender todas as  
163 unidades de saúde desde lá até hoje venho tentando adequar a situação para a realidade da SMS e  
164 todos sabem que a informática de 2009 e 2010 já fez uma explicação dentro Conselho como  
165 viemos com uma ferramenta que não foi colhida pela nossa gestão e ela foi implantada e tinha  
166 certa raiz tentamos fazer uma modificação desta ferramenta que é utilizada hoje dentro das  
167 unidades de saúde que é o tasy que funciona muito bem dentro dos hospitais, mas tem certa  
168 dificuldade para funcionar dentro das unidades de saúde porque não é projetada para unidade de  
169 saúde, vim tentando avaliar para tentar acertar esta questão, mas por ser final de gestão por ter  
170 pouco tempo enfim de varias e novas ordens e novas legislações que tivemos que apresentar se  
171 adaptar muito rapidamente e não consegui tirar de dentro das unidades de saúde e tivemos que  
172 adaptar e hoje chegamos a um degrau tão grande que não estamos mais conseguindo trabalhar  
173 com as unidades de saúde porque no final de 2010 inicio de 2011 Ministério da Saúde colocou o  
174 PPA individualizado dentro da atenção Básica; determinados procedimentos que são  
175 determinados dentro das unidades de saúde hoje não só as unidades de saúde mas o CME, CMM  
176 são individualizados o que é isso atividades que a cada procedimento você tem que passar para o  
177 Ministério da Saúde (data de nascimento, nome da mãe, telefone, RG, CPF o cartão SUS e varias  
178 outras informações) o que o Ministério da Saúde coloca ou se preenche a mão ou se cria o sistema  
179 informatizado em abril de 2012 era pra ter ser passados todos os procedimentos que estão hoje



180 dentro da unidade de saúde passar no Boletim de Produção Individualizado; o Município de São  
181 Paulo não tinha estrutura para atender nós tínhamos a estrutura porque se adaptou o sistema que  
182 usamos hoje pra ser colocado na unidade de saúde é 100% não quem trabalha na unidade de  
183 saúde sabe que o tasy é uma situação bem complicada, mas perto do que era quando entrei,  
184 conseguimos fazer algumas modificações, só que nesta entrada de mais unidades de saúde, acabei  
185 derrubando o sistema; (diz que é igual a internet que todo mundo acessa todo mundo entra, mas  
186 o da prefeitura é uma rede separada é toda segura por isso que tem equipamento contratado em  
187 Curitiba porque você tem lá segurança de acesso, segurança de equipamento, segurança de  
188 dados; o que significa pra alguém entrar dentro da maquina lá em Curitiba e roubar algum dados  
189 de vocês é quase impossível; pra liberação de rastreabilidade da SMS para ser colocado dentro do  
190 pronto Socorro para se identificar o paciente ou o lote de medicamento que horas tomou e  
191 horário tivemos que mostra este tipo de atividade para a Vigilância Sanitária não sono Estado  
192 como a Federal porque a estabilidade tem que ter além das conferencias dos dados tem que ter a  
193 isonomia de não expor o (nome do usuário) pra qualquer um, garantir que os dados estão  
194 guardados lá e tem todos as certidões que esta empresa guarda os dados está lá (vai garantir a  
195 segurança dos dados) só que isso tudo tem um preço e pra ocupar estes equipamentos lá  
196 utilizamos a rede da OI e tem três equipamentos locados lá são divididos: 1 para o Top saúde, 1  
197 para o laboratório, CME e CMM e o outro para o hospital; as unidades de saúde começaram a usar  
198 no mesmo tempo e caiu o sistema e o sistema não está agüentando mais. Diz que a prefeitura  
199 está em uma condição precária de recursos e nesse meio tempo do começo de ano pra cá tivemos  
200 um superávit real é um dinheiro a mais que vem o que aconteceu o ministério da Saúde ele  
201 aumentou a renda percapita do PPA que antes é de vinte reais agora passou para vinte e três reais  
202 neste meio tempo de março até junho vai arrecadar mais cinqüenta mil reais além do que ele  
203 arrecadava fora o restante que vai receber a mais por mês então só nas unidades de saúde que  
204 estão sendo prejudicada, (todo este processo que é o sistema tentar acessar o sistema em horário  
205 de pico) com o fluxo que esta vindo do PPA do PAB, conversei com o seu João da gerencia do SUS  
206 controle e avaliação e colocou que este dinheiro pode ser utilizado pra comprar este equipamento  
207 e hoje que paga este contrato nosso é o dinheiro da SH 1303 é o dinheiro que vem para o hospital,  
208 INSS, IPTU de todos os recursos do Município, quem paga hoje as contas inclusive das unidades é o  
209 hospital com dinheiro que é meio a meio porque é o hospital esta sendo privilegiado então ele  
210 esta pagando a conta mas para a unidade ser privilegiada também é bom que eu tenha o recurso  
211 da unidade de saúde e este dinheiro que veio do Ministério da Saúde que aumentou a tabela é  
212 cinqüenta mil que vamos poder gastar para as unidades básicas, fiz uma proposta de locação eles  
213 fizeram uma proposta de quatro mil reais o valor total é de quatro mil e doze reais; hoje vim pedir  
214 pra vocês que vocês aprovem este valor para utilizar este recurso do PAB para poder fazer a  
215 contratação deste servidor porque hoje não é um investimento é uma necessidade. O presidente  
216 Jefferson Leandro Gomes Palhão coloca em votação o Projeto para a contratação de mais um  
217 servidor de aplicação; aprovado por unanimidade. **4.3. Apresentação do Fluxograma de**  
218 **Atendimento à vítima de Violência Sexual.** O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que  
219 conforme oficio (da Secretaria Municipal de Saúde) SMS/332/210jas, informando da  
220 impossibilidade da Sr<sup>a</sup> Alexandra Louise Lopes de apresentar o Fluxograma de Atendimento a  
221 vitima de Violência Sexual. **5. Informe dos Conselheiros.** O presidente Jefferson Leandro Gomes  
222 Palhão fala que no dia 30 de maio de 2012 foi convidado a participar de uma reunião junto com os  
223 vereadores para tratar dos novos horários dos CAS (Centro de Atendimento a Saúde), diz que foi  
224 na reunião e que os vereadores questionaram sobre a mudança de horário dos CAS, e da reunião



225 saiu um novo ofício onde os vereadores solicitam para fazerem parte na deliberação do Conselho  
226 Municipal de Saúde no sentido de que haja o adiantamento por seis meses na mudança de horário  
227 para funcionamento dos CAS. Fala que gostaria de comunicar a gerencia de farmácia que vamos  
228 precisar chamar vocês por causa da reunião daquela onde teve a aprovação dos noventa  
229 computadores porque a aprovação foi em um projeto apresentado pelo Dr. Marcelo Maravieski  
230 que vinha de outro fundo que não era do PAB fixo e agora temos que fazer o resgate da onde de  
231 onde saiu a verba e se veio a verba deste projeto no dia 03 de agosto de 2010 nós aprovamos a  
232 compra destes computadores vindo de um projeto e vinha de uma outra conta; inclusive baixei a  
233 portaria previ até uma conta separada e hoje chega a notícia que a verba veio do PAB. A senhorita  
234 Fábria fala que este projeto não saiu do papel, diz que pelo que sabe este dinheiro não veio do  
235 Ministério da Saúde. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão fala que tem que chamar para  
236 fazer a prestação de contas disso porque a principio se vocês lembram a verba vinha de outro  
237 projeto. O presidente Jefferson Leandro Gomes Palhão encerra a reunião as 2036hs.